O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

PREJUÍZO PARA O AGRONEGÓCIO PAULISTA

NESTA EDIÇÃO, a ***Agroanalysis*** destaca em sua capa a perplexidade perante a decisão tomada pelo governo do estado de São Paulo em aumentar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), acarretando um sério impacto sobre os setores do agronegócio.

É certo que todos os níveis de governo devem tentar ajustar suas contas frente aos gastos extras que ocorreram em virtude da pandemia, mas, no caso do ICMS de São Paulo, parece que não foram tomados os cuidados para que o tiro não saísse pela culatra. Os efeitos negativos no setor agropecuário (que poderiam ter sido evitados) serão grandes, além de possivelmente afastarem algumas importantes empresas do estado. Segundo uma análise do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro), estima-se que a decisão causará uma perda de consumo de até R$ 21,4 bilhões em bens e serviços e uma redução de R$ 6,8 bilhões no Produto Interno Bruto (PIB) da região Sudeste.

A confirmação da chegada das vacinas e o acerto para aplicá-las, mesmo em meio às discussões entre os governos federal e do estado de São Paulo, possibilitarão a retomada da economia em 2021. A velocidade dessa retomada é que não pode ser claramente medida. Mas algumas previsões podem ser feitas: apesar do clima seco, o ano será bom para a maior parte do setor agro; a inflação terá um soluço no meio do ano (efeito estatístico), mas deve voltar a se comportar, terminando o ano dentro do intervalo da meta; a taxa básica de juros – Selic – deverá subir um pouco, mas não nos primeiros meses do ano; e o preço do dólar deve recuar para menos de R$ 5,00, a não ser que apareça algum problema político novo. Os problemas atuais – como eleições para as presidências da Câmara e do Senado, reformas etc. – já estão precificados pelo mercado.

Um assunto que tem sido tratado com muita atenção nas últimas edições são as opções de financiamento do agronegócio, sobretudo no cenário atual da Selic em um patamar historicamente baixo. Como temos defendido, as taxas de juros disponibilizadas ao produtor estão muito altas, e, por isso, deve-se tomar muito cuidado ao tomar empréstimos. No início de dezembro último, foi noticiada a primeira emissão de Cédula de Produto Rural (CPR) Financeira em dólares, o que passou a ser possível desde o mês de abril, quando foi aprovada a Lei nº 13.986. Acredita-se que a CPR será o carro-chefe para o financiamento de importantes elos das cadeias do setor nos próximos anos. Na opinião da ***Agroanalysis***, a opção da CPR Financeira em dólares, com juros máximos de aproximadamente 7% ao ano, por meio da qual os produtores financiam sua produção e, ao mesmo tempo, se protegem contra o risco cambial, é melhor do que o *barter* ou o custeio para aqueles que vendem sua produção com base no dólar.

A reunião do Conselho Superior do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Cosag/Fiesp) trouxe à tona o uso da Oferta Pública Inicial (IPO, na sigla em inglês) – quando a empresa passa a ser de capital aberto com a venda das suas ações numa bolsa de valores pela primeira vez – como estratégia para a captação de recursos pelas empresas. Ao mesmo tempo, com a queda da taxa Selic, os investidores estão em busca de outras opções para aplicar seus recursos. Essa parece ser uma boa oportunidade de investimento tendo em vista as perspectivas de crescimento e a performance do agronegócio renovadas.

O atual protagonismo do Brasil no agronegócio teve como berço a Revolução Verde. Diversos outros fatores potencializaram o desenvolvimento de tecnologias apropriadas para o ambiente tropical. A adoção dessas inovações vem dando-se de forma muito inteligente. Hoje, o Manejo Integrado de Pragas (MIP), bem como todo o arsenal de conhecimentos à disposição do agricultor, contempla, de forma harmônica e conjunta, ferramentas químicas e biológicas. Esse bom senso científico permite elevadas produtividades, com uma crescente e irreversível conexão com as boas práticas ambientais.

Voltando-se para a análise do setor produtivo, com a chegada da COVID-19, as usinas sucroalcooleiras tiveram que iniciar a safra 2020/21 diante de um cenário completamente incerto e preocupante. No entanto, passados os primeiros meses após o início da pandemia, constata-se que: muitas usinas bateram recordes na moagem de cana; o setor não sofreu com a falta de tanques para estocar etanol; e o mercado mundial absorveu mais açúcar do Brasil. Neste momento, a safra de cana 2020/21 na região Centro-Sul avizinha-se do fim com uma produção recorde de açúcar. Aproximadamente 595 milhões de toneladas de cana foram processados, resultando em um crescimento de 7,7% na oferta de açúcares

totais recuperáveis (ATR), dos quais 46,3% foram destinados à produção de açúcar. Para a safra 2021/22, a oferta de ATR deverá ser menor e o *mix* de produção para o açúcar no Centro-Sul não deverá ser muito diferente do da temporada 2020/21.

Quanto ao boi gordo, as altas na cotação em um cenário de pandemia surpreenderam o mercado em 2020, ainda mais após um ano como 2019, que já havia sido caracterizado por valorizações expressivas de preços. A primeira metade deste ano deve ser de oferta reduzida de boiadas, embora maior do que 2020. Ainda devemos observar um mercado de preços firmes, em especial no segundo semestre, mas, avaliando os contextos interno e externo e o câmbio, contar com um cenário semelhante ao de 2020 pode ser muito otimismo.

Passando para a cadeia produtiva, o movimento de diferenciação continua ganhando força no varejo de carnes, especialmente pelo maior acesso a informação do cliente e pela mudança no comportamento de um segmento de consumidores que está disposto a pagar mais por produtos *premium*. Nesse contexto, surge o açougue 3.0. A construção de um posicionamento adequado e a implementação de uma estratégia de *marketing* consistente são o que está permitindo ao varejo de carnes trilhar o caminho da diferenciação de produtos e evitar que os seus produtos sejam vistos como *commodities*.

Na avaliação da produção da agroindústria, apesar de ter registrado um resultado melhor do que o de diversos outros ramos da indústria nacional até outubro último, o setor não conseguirá eliminar todas as perdas causadas pela pandemia. Assim, a agroindústria encerrará o ano ligeiramente menor do que estava no final de 2019.

Na entrevista do mês, conversamos com Gregory Riordan, presidente da Associação ConectarAGRO, cujo objetivo é levar acesso à internet para áreas remotas da zona rural do País. Ainda é preciso investir muito na infraestrutura de comunicação do campo. Aproximadamente apenas 28% das propriedades agropecuárias no Brasil têm acesso à internet, segundo o último Censo Agropecuário. É fundamental que esse percentual cresça da forma mais rápida possível. O aumento da produtividade do agronegócio depende muito dessa digitalização do campo. ■



ACOMPANHE NOSSAS REDES SOCIAIS



@fgvagro
/fgvagro
@fgvagroanalysis
FGV Agro
/fgvagro

www.agroanalysis.com.br contato@agroanalysis.com.br